

DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE OS GRUPOS COLÔNIA MACIEL, GERMINAR E AMOREZA

ANA CAROLINA BILHALVA DREHMER¹; GIANCARLA SALAMONI²

¹Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-graduação em Geografia –
ana.drehmer@ufpel.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-graduação em Geografia –
gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma síntese da pesquisa que está sendo realizada no mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, e tem como tema a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural. Tal pesquisa está inserida na linha da Análise Territorial e, especificamente na área da Geografia Agrária. O recorte territorial do estudo abrange os municípios de Pelotas, Canguçu e Morro Redondo do Rio Grande do Sul, através das famílias e suas unidades produtivas que fazem parte dos grupos Colônia Maciel, Germinar e Amoreza. Tais grupos estão em processo de transição agroecológica, juntamente com mais três grupos, acompanhados pelo Grupo de Trabalho – Transição Agroecológica – do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL). Também, estes fazem parte da Associação Bem da Terra (ou Associação de Produtores) onde são reconhecidos como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) Rurais.

A pesquisa propõe como questão central investigar se a transição agroecológica nas unidades produtivas familiares dos grupos Colônia Maciel, Germinar e Amoreza promove estratégias de desenvolvimento rural para a agricultura familiar. Assim, os objetivos são: a) Caracterizar os sistemas agrários das unidades produtivas familiares dos grupos Germinar – Canguçu/RS, Colônia Maciel – Pelotas/RS e Amoreza – Morro Redondo/RS; b) Apresentar as heranças agrícolas das unidades produtivas familiares; c) Identificar as estratégias de reprodução socioeconômicas relacionadas à transição agroecológica; d) Investigar as relações socioeconômicas e políticas entre as unidades produtivas familiares e os demais atores envolvidos; e) Diagnosticar os limites e possibilidades para um desenvolvimento rural do território.

Sobre o conceito território – base do trabalho, compreende-se como produto dos “atores sociais” a partir das relações de poder que configuram os “campos de poder” (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, entende-se o território como um processo de transformação do espaço quando dominado – num sentido material e funcional, e apropriado – num sentido imaterial e simbólico, diverso e múltiplo, com suas dimensões de análise econômica, política, cultural e ambiental (HAESBAERT, 2004).

Entende-se como agricultura familiar aquela em que a unidade de produção é gerida pela família e é central para sua reprodução de vida. O termo agricultura familiar passa a ser utilizado por volta dos anos 1990, como Abramovay (1997) relata, por volta de 1995 ainda se utiliza de termos como “agricultura de baixa renda”, “pequeno produtores”, “agricultura de subsistência” entre outros até ser incorporado o termo agricultura e agricultor familiar. Para Wanderley (2004), o termo agricultura familiar tem suas raízes no campesinato – este está presente desde o Brasil Colônia no século XVI e incorpora diversas situações específicas e

particulares, tornando-o, assim, de uso genérico. E, o campesinato para WANDERLEY (2004, p. 45) pode ser visto como “forma social particular de organização da produção” e observa que o principal motivo do agricultor familiar ser uma continuidade da figura do camponês é pelo fato da unidade familiar permanecer central em sua vida. Porém, este agricultor familiar precisa se adaptar ao seu contexto socioeconômico e político, resistindo e decidindo que mudanças realizar na sua produção e nas suas atividades – a partir da pluriatividade¹.

Por desenvolvimento rural compreende-se que o conceito sofre alterações conforme os objetivos e contextos políticos, econômicos e sociais e que “trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural” (NAVARRO, 2001, p. 88). Segundo Kageyama (2008, p. 67), o desenvolvimento rural se refere a uma “base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos atores e setores produtivos e de apoio”, devendo combinar os aspectos econômico, social e ambiental. Para a autora, o desenvolvimento rural envolve a *diversidade* e a *multifuncionalidade*. O primeiro com relação aos atores sociais, as atividades e “padrões de motivação emergentes”; o segundo se refere a uma reconfiguração no trabalho, no uso da terra, do conhecimento nas unidades agrícolas com a agricultura e outras atividades rurais, bem como da natureza.

A transição agroecológica se caracteriza como “uma construção social (ou eco-social) que emerge através das interações que se estabelecem entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural” (SCHMITT, 2009, p. 177). Tem como objetivo a busca pela autonomia dos agricultores no que diz respeito à reapropriação e fortalecimento da capacidade de gestão familiar (individual ou coletiva) das riquezas naturais. Dessa forma, se faz como base para a reprodução econômica e social dos agricultores, com a reestruturação e vinculação com diferentes outros atores sociais que também estão na transição agroecológica – redes de relações. Segundo Schmitt (2009, p. 191), os elementos principais do conceito da transição agroecológica está no “resgate dos atores e suas distintas visões de mundo”, e de sistemas de produção “diversificados e auto-regulados”; construção do “conhecimento agroecológico” pelo diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento prático (saber popular), numa espécie de negociação; a articulação com dimensões locais e globais que estão envolvidas na transição agroecológica.

2. METODOLOGIA

Os métodos de investigação deste trabalho são a Pesquisa Qualitativa e o Estudo de Caso. Trata-se de “estudos sobre a vida em comunidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 120) com a finalidade de analisar e compreender a realidade por meio de métodos qualitativos que tem por objetivo a pesquisa aprofundada de um determinado caso para buscar compreender a totalidade, se utilizando da identificação, análise, descrição e discussão de um caso (MARTINS, 2006). As técnicas para coleta de dados serão a observação das propriedades, das reuniões e encontros e a entrevista semiestruturada aplicada aos atores envolvidos no processo.

¹ “(...) uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família.” (WANDERLEY, 2004, p. 52)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento foram realizadas observações na Assembleia Geral da Associação Bem da Terra (a qual os grupos fazem parte), de onde surgiu a ideia para o projeto de pesquisa e de um encontro de produtores com vários integrantes dos grupos. Nessa assembleia foi observado que há uma diferença entre os agricultores – denominados produtores rurais, dos “produtores urbanos” e que havia um conflito durante a decisão das pautas da reunião e assuntos que relacionam os agricultores. Ao passo que no encontro houve uma apropriação do espaço (na Embrapa-Cascatinha) pelos agricultores, com uma dinâmica própria e voltada para as demandas dos participantes.

Também foi realizada atividade de campo exploratória, com visita a propriedade do grupo Colônia Maciel. Nessa visita foi possível ver a produção de hortaliças, legumes e frutas de uma das agricultoras do grupo e ouvir o relato de como cuidava a propriedade e como produzia os alimentos. A agricultora também mostrou onde organizava os alimentos para separar o que seria para autoconsumo e o que seria para venda, pois esta possui um espaço coberto ao lado de sua residência.

No dia 8 de agosto de 2018, houve uma observação de outro encontro de produtores na Embrapa-Cascatinha para uma aproximação inicial dos agricultores familiares, sujeitos da pesquisa. Pode-se entender um pouco do processo que estes estão inseridos – a transição agroecológica. Neste último encontro observado, os agricultores trocaram suas experiências com os outros agricultores, falaram sobre as práticas e técnicas que deram certo e as que deram errado também, trocaram sementes crioulas e aprenderam novas técnicas com o Grupo de Trabalho Transição Agroecológica-TECSOL. Pretende-se acompanhar as visitas nas propriedades familiares juntamente com o Grupo de Trabalho para recolher dados pelas observações e entrevistas semiestruturadas.

Nesse primeiro semestre de 2018, ainda foram feitas leituras dos temas Agricultura Familiar, Campesinato, Desenvolvimento Rural, Território, os conflitos no rural, entre outros para realizar a revisão bibliográfica da pesquisa. A disciplina sobre Agricultura, Sociedade e Território proporcionou grande parte do referencial teórico para este trabalho. Também houve a participação do Grupo de Estudo específico do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA) que proporciona um espaço para discussão de textos, autores e temas que vão ao encontro da dissertação de mestrado.

4. CONCLUSÕES

É importante destacar que este trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento, na qual se pretende realizar uma análise territorial da agricultura familiar dos grupos (os EES) Colônia Maciel, de Pelotas, Germinar, de Canguçu e Amoreza de Morro Redondo/RS. O objetivo principal está balizado pelo conceito de desenvolvimento rural e, por meio da análise da multiplicidade de fatores envolvidos pelo tema, toma-se o processo de transição agroecológica como norteador para o estudo proposto.

Com relação ao referencial teórico, os conceitos de território, agricultura familiar, desenvolvimento rural e transição agroecológica irão contribuir para fundamentar a pesquisa qualitativa por tratarem das dimensões social, econômica, cultural, ambiental e política. Pesquisar sobre agricultura familiar é importante para a compreensão do modo de reprodução da vida dos agricultores familiares e as relações internas com o rural e relações externas com o urbano. A

integração econômica, política e social desses sujeitos deve ser o principal objetivo do desenvolvimento rural para uma melhoria de suas condições de vida e para que façam parte da sociedade como um todo e não estar de forma restrita e isolada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun., 2004.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A.L. ET AL. (Orgs.). **A Emergência da Multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p.19-36

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora ática, 1993.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura Familiar: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.